

## Identidade nacional e social dos jovens

### 1. JUVENTUDE E IDENTIDADE

Neste texto pretende-se apresentar e reflectir sobre as principais problemáticas que conduziram e vieram a ser suscitadas pelos dados empíricos recolhidos numa das áreas do inquérito nacional realizado pelo projecto «Juventude portuguesa: situações, problemas, aspirações». Assim, o nosso objectivo não é tanto proceder a uma síntese de resultados, mas antes a um balanço das principais questões e perspectivas teóricas que conduziram a um trabalho com desenvolvimento maior e já publicado noutra lugar<sup>1</sup>. Nas várias áreas de incidência do inquérito foi assinalada a proximidade de práticas, consumos e hábitos de vida dos jovens<sup>2</sup>. Aqui está em causa a sua *identidade geracional*, forjada na partilha colectiva de valores e representações que, necessariamente, se sobrepõem à diversidade social dos vários perfis juvenis<sup>3</sup>.

Reenviando para a comunhão que duradoura e consistentemente constrói o modo de ser jovem, reactualizando também assim as fronteiras entre gerações, a identidade tem de ser considerada num contexto relacional, isto é, no âmbito da pluralidade das relações que os jovens estabelecem com os seus meios sociais e com os membros das outras gerações. O conceito de identidade torna-se, pois, inseparável do da sua *alteridade* e, neste sentido, procurou-se analisar a *identidade social* dos jovens tendo em conta não só o seu grau de coesão e o sistema de referências que conferem distintividade aos diversos segmentos juvenis, como igualmente o conjunto de diferenças e a natureza das relações que se desenvolvem entre os jovens e os outros<sup>4</sup>.

---

\* ISCTE/CIES.

<sup>1</sup> Para a consulta sistemática dos dados empíricos reenviamos o leitor para Idalina Conde, *Identidade Nacional e Social dos Jovens*, Lisboa, Publ. do Instituto da Juventude, 1989.

<sup>2</sup> Trata-se das seguintes áreas, cujos relatórios foram também publicados: «Escola e educação» (Nelson Matias), «Trabalho, emprego e profissão» (Madalena Andrade), «Futuro: expectativas e aspirações» (Pedro Moura Ferreira), «Usos do tempo e espaços de lazer» (José Machado Pais), «Convivialidade e relação com os outros (João Sédas Nunes, José Machado Pais e Luísa Schmidt), «Dinheiro e bens materiais» (Luísa Schmidt).

<sup>3</sup> Para uma análise empírica detalhada da diversidade de situações sociais juvenis consulte-se o volume *Resultados Globais*, área das variáveis de caracterização, publicado na série de relatórios relativos ao inquérito.

<sup>4</sup> Sobre esta perspectiva relacional veja-se Andrew J. Weigert, J. Smith Teitge e Dennis W. Teitge, *Society and Identity*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1986.

A identidade social é ainda tributária de uma *identidade societal*, aquela que convoca referenciais colectivos de ordem mais ampla. Compreende-se, portanto, que a *identidade nacional*, veiculando a continuidade entre identidade pessoal e colectiva, seja um quadro estruturador da própria identidade juvenil. Neste plano considera-se a questão da inserção dos jovens na sociedade portuguesa e o modo como avaliam as propriedades e potencialidades do País.

Antes de procedermos ao balanço a que nos propusemos, convém fazer duas observações preliminares indispensáveis. Em primeiro lugar, e relativamente à noção de *identidade*, não poderá significar unidade, mas deve constituir um conceito que recobre uma manifestação *convergência* dos jovens, polarizada em torno de dimensões e domínios que consideram nucleares na sua vida. Isto não implica, porém, uma contínua e permanente homogeneidade noutras esferas, onde, de resto, se podem verificar notáveis divergências nos diversos grupos juvenis. É por esta razão que a análise da identidade juvenil deve procurar captar o conjunto de significativas *expressões identitárias*, reportando-se a domínios nos quais existe uma generalizada adesão dos jovens.

Em segundo lugar, termos como *identidade*, *juventude* e o respectivo critério operatório, basicamente demográfico — a faixa etária dos 15-29 anos — não se recobrem nem se sobrepõem. Por *juventude* tem-se entendido o processo e a condição social de transição que decorre entre o final da adolescência e o acesso à condição adulta, adquirida com a autonomização em relação à família de origem, nomeadamente pela entrada na vida activa e conjugal. Todavia, seria demasiado redutor fazer coincidir o conceito de *identidade*, tal como foi definido, com os limiares estabelecidos entre os momentos de entrada e de saída do processo juvenil, na medida em que, mesmo depois, podem perdurar modos de vida e sistemas de valores juvenis. Por outro lado, ao pretender demarcar empiricamente os limites inferior e superior do processo juvenil, o intervalo dos 15-29 anos deve ser encarado como uma faixa etária que integra uma pluralidade de combinações de diferentes estádios nesse processo. Com efeito, contém em si diferenças notáveis entre os vários grupos de jovens, no seio dos quais encontramos não só os que são estritamente recobertos pelo conceito de *juventude*, mas também combinações diversas entre elementos da condição juvenil e da de adulto: assim, muitos jovens, por casamento/coabitação e/ou inserção profissional, já adquiriram, ainda que parcialmente e em momentos distintos da sua trajectória, autonomização em relação à família e acederam à condição adulta. Esta situação acontece inevitavelmente quando se considera uma faixa etária de grande amplitude, como foi o caso do presente estudo.

Longe, portanto, de pressupor a sobreposição dos três planos — identidade, condição juvenil e sua definição demográfica —, a análise tem de reflectir não apenas sobre as evidentes descontinuidades que caracterizam a *juventude* portuguesa, mas sobretudo sobre a proximidade de práticas e valores em si mesmo dotados de suficiente centralidade para conferirem congruência e solidez à identidade juvenil, uma identidade que, como se disse, pode permanecer de forma durável mesmo naqueles que parecem ter entrado no mundo dos adultos. O facto de estes continuarem a reconhecer-se na figura de «jovem» é então revelador dos aspectos que no plano da

dita cultura juvenil produziram maior enraizamento e conduziram a substantivas mutações culturais. De resto, nas sociedades contemporâneas, profundas alterações na estrutura produtiva e no sistema escolar implicaram o prolongamento da condição juvenil e, conseqüentemente, uma maior dilatação dos tempos e dos modos de vida dos jovens. Esta é, aliás, uma das razões fundamentais para que se tenha vindo a ampliar a própria definição demográfica de juventude.

## 2. IDENTIDADE NACIONAL DOS JOVENS: DA «PÁTRIA» AO «PAÍS»

Por meio de um conjunto diverso de indicadores, procurou-se conhecer imagens e sentimentos de adesão ao País, manifestações de nacionalismo juvenil e grau de fidelidade que os jovens manifestam perante a nacionalidade portuguesa. Os dados são francamente concludentes no sentido de uma generalizada valoração positiva do País e de uma pronunciada identificação com a nação portuguesa: 61,4 % dos jovens afirmam gostar muito de Portugal, 16,5 % gostam pouco; 18,7 % manifestam indiferença e somente 1,9 % dizem não gostar do seu país.

É certo que um sentimento desta natureza progride ao longo do processo da sua maturação, dependendo ainda, quer das suas reais condições de vida, quer das previsíveis oportunidades de futuro que a sociedade portuguesa diferenciadamente lhes oferece. Assim, em segmentos juvenis mais precarizados — designadamente em termos de emprego, mas também nos jovens provenientes de sectores sociais mais desfavorecidos — existe uma visão menos confiante e mais crítica da sociedade portuguesa. No entanto, e mesmo nestes casos, não se pode afirmar que esteja em causa a identidade nacional dos jovens.

Mas em que termos se pode falar de uma identidade nacional num país caracterizado por notáveis idiosincrasias regionais nos âmbitos histórico, cultural e socioeconómico? Como refere R. D. Grillo<sup>5</sup>, a construção da identidade nacional deve-se a um processo de integração étnica, local e regional. Quer isto dizer que uma forte vinculação regionalista é incompatível com uma também vencedora adesão nacional? Neste sentido parecem apontar também as observações de Pierre Bourdieu<sup>6</sup> a propósito dos movimentos regionalistas que, reinvestindo a diferença da região, quer nas representações mentais (actos de percepção, de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento), quer nas representações objectais (emblemas, insígnias, bandeiras, etc.), comprometem e mobilizam os agentes sociais em específicas lutas de classificação e de autonomização em relação à integração e dominação material e simbólica a que as regiões ficam sujeitas no sistema nacional e societal.

Não possuímos dados para analisar o fenómeno regionalista entre os jovens, mas estamos em condições de afirmar que ocorrem complexas sobreposições e interconexões entre identidade nacional e regional. De facto, o

<sup>5</sup> R. D. Grillo, «*Nation*» and «*State*» in *Europe — anthropological perspectives*, Londres, Academic Press, 1980.

<sup>6</sup> Pierre Bourdieu, «L'identité et la représentation», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 35, Novembro de 1980.

sentimento de adesão ao País é francamente pronunciado nas regiões do Norte e interior, regiões de conhecida vocação regionalista e onde os valores são da ordem dos 70 %-80 %. Isto contrasta vivamente com os do Sul interior e do Algarve, sendo que, entre os rapazes, o sentimento de gostar do País ronda os 53 %-54 % e, entre as raparigas varia entre 28 % e 48 % (raparigas que, particularmente na condição de domésticas e casadas, tendem a apresentar uma atitude mais demissiva nos actos de valoração dos vários aspectos do País, como se, após o matrimónio, se verificasse um maior afastamento relativamente à esfera sociopolítica e às dinâmicas económicas da sociedade portuguesa).

Estes dados permitem sugerir, pelo menos, duas hipóteses, ambas igualmente possíveis, mas cuja comprovação só poderá ser efectuada em futuras pesquisas parcelares e aprofundadas sobre a questão. Uma delas dirá que se está perante a reafirmação, por parte da população juvenil, de uma vocação e identidade regionalistas, social e familiarmente herdadas, sendo a região o horizonte conhecido e, portanto, o mais valorizado do País. A região constituiria assim o referente camuflado da identidade nacional destes jovens. Uma hipótese oponível a esta, mas nem por isso contraditória com os dados, afirmaria, por sua vez, que a abertura a valores de ordem mais ampla, a aspiração a uma plena integração na sociedade portuguesa e, consequentemente, a recusa de um regionalismo «provinciano» dos progenitores enfeudado nos estreitos limites da região e dos valores localistas, predispõe estes jovens, mais do que os outros, a declararem a sua identificação com o País.

Um dos outros indicadores reveladores da valorização da condição por maioria (66,9 %), Portugal é o único país onde desejariam ter nascido. Entre os que afirmam desejar ter nascido noutra país (19,9 % dizem «sim» e 5,7 % acham que isso depende do país), o facto de algumas destas alternativas poderem eventualmente ser conotadas com razões de ordem instrumental indica que a nacionalidade constitui, de facto, um dado afectivamente irreversível: Estados Unidos (23,7 %), França (12,7 %), Brasil (9,6 %), Suíça (8,8 %) e Reino Unido (5,0 %), países dos mais escolhidos.

Seja por se tratar de países de tradicional acolhimento da emigração portuguesa e por se localizarem preferencialmente na Europa ocidental; seja ainda por constituírem centros de cultura anglo-saxónica, que sabemos ser fonte privilegiada das expressões culturais juvenis, como a música e o cinema; seja, finalmente, pelas evidentes afinidades com a história e a cultura portuguesas, como é o caso do Brasil, pode concluir-se que se trata de referências relativamente próximas dos jovens. Tendo ainda em conta que tais alternativas visam sociedades desenvolvidas e com superiores condições socioeconómicas de vida, exceptuando porventura o Brasil e países que, por isso mesmo, têm sido pólos emigratórios, não será talvez excessivo inferir que são opções mencionadas à luz de implícitas (o inquérito não pedia a explicitação das respectivas motivações) razões de ordem mais instrumental que estão na base de uma alternativa de nacionalidade.

Esta adesão expressiva ao País e as consequentes manifestações nacionalistas não encontram, por outro lado, correspondente no plano dos códigos e comportamentos rituais que habitualmente servem a exaltação patriótica. Entre os jovens, os motivos de orgulho nacional transferem-se para o âmbito dos desafios e conquistas que o País adquire nos domínios desportivo, artís-

tico, científico, mas também político e económico. Todavia, pelo facto de terem perdido importância os símbolos emblemáticos da Pátria (bandeira, hino, desfiles militares), seria absolutamente incorrecto pressupor o abandono dos referenciais nacionais. Bem pelo contrário, assiste-se hoje — certamente efeito de uma outra socialização política que, pouco mais de uma década e meia após a revolução do 25 de Abril, minimiza a denegação dos valores nacionalistas, antes suportes ideológicos e conservadores do regime da ditadura — ao declínio generalizado da importância conferida aos rituais de nacionalidade, em favor de um nacionalismo juvenil de raiz mais pragmática, estreitamente estimulado e articulado com as dinâmicas concretas e quotidianas do País. Os dados indicam ainda que, tanto quanto melhor assim for assegurada a notoriedade e representação externa de Portugal, conquistando um lugar de reconhecido mérito e prestígio internacional, também mais frequentes, expressivos e duradouros são os sentimentos nacionalistas dos jovens.

Neste sentido, não podemos concordar com José Juan Toharia, por exemplo, que, num estudo similar sobre a juventude espanhola, vem a concluir que a acentuada desvalorização dos rituais de nacionalidade, «quer dizer [que] as instâncias socializadoras parecem fracassar em conseguir a identificação emocional das novas gerações com os símbolos colectivos». Segundo o autor, parece estar-se perante uma «desidentificação à medida em que aumenta a idade, e isto já sobre um nível reduzido de identificação à partida»<sup>7</sup>. No nosso entender, é redutor analisar os símbolos nacionais apenas do lado dos seus códigos formais, altamente ritualizados, sob pena de se vir a afirmar que os jovens, ao desconsiderarem o conjunto dos emblemas nacionais, perderam o sentido da Nação. Pelo contrário, é evidente que esses símbolos se transferiram para a esfera dos desafios e desempenhos do País. O que opera agora simbolicamente como factor determinante da coesão nacional encontra-se do lado das dinâmicas cultural, desportiva, científica e socioeconómica da sociedade portuguesa.

Que esta realocização das referências nacionais seja fruto de uma outra socialização política, é certamente aceitável. Mas parece excessivo dizer estarmos perante o malogro das instâncias de socialização relativamente ao modo como transmitem o ideário da Nação. Pensamos ser antes indispensável reflectir sobre as mutações da própria natureza deste ideário (mutações que se filiam numa lógica mais global de transformações culturais e políticas) e, conseqüentemente, no tipo de apropriação (e produção) de símbolos patrióticos, mutação essa que teria levado a uma visão mais pragmática da realidade social e nacional em desfavor de linguagens estritamente retóricas e ritualistas.

Prova de que a rejeição dos rituais de nacionalidade não corresponde à privação de uma identidade nacional constitui o próprio facto de ser acentuada justamente em jovens que mais aderem a formas alternativas de exaltação patriótica: mais velhos, com maiores graus de instrução, solteiros. Mas nestes, como generalizadamente nos outros jovens, o que está principal-

---

<sup>7</sup> José Juan Toharia, *Valores básicos de los adolescentes españoles*, Madrid, Ministério de Cultura, Estudios de Juventud, Dirección General de Juventud y Promoción Cultural, 1982, p. 93.

mente em causa é a recusa das formas de ostentação do poder militar — os desfiles —, atitude coerente com os conhecidos valores pacifistas da juventude<sup>8</sup>.

Todos os dados recolhidos no inquérito vêm pois contestar a ideia recorrente de que, na sequência de um processo geral de declínio das referências colectivas e institucionais entre os jovens, os valores afiliativos implicados na identidade nacional teriam vindo a sofrer um notável processo de erosão, erosão essa substancialmente devida à mundialização das relações económicas, políticas e culturais, à planetarização dos sistemas de comunicação e à internacionalização das específicas expressões culturais juvenis. O «sistema-mundo» viria assim a dissolver o «sistema-nação», até mesmo como efeito dos princípios das democracias ocidentais que veiculam a paridade dos valores sociais, políticos e culturais<sup>9</sup>.

Todavia, e como se depreende da posição de Anthony Richmond<sup>10</sup>, só uma concepção demasiadamente formalista do sistema social poderia aceitar a perda dos enraizamentos básicos dos indivíduos; sendo o Estado diferente da Nação, esta distingue-se daquele porque permanece, enquanto comunidade social onde se partilha, para além do sistema político e do território, uma história, uma cultura e uma língua. De resto, a presença (e mesmo o recrudescimento) dos nacionalismos contemporâneos, particularmente nas sociedades do *welfare-state*, combina esta identidade societal com a expressão de identidades múltiplas, justamente permitidas pelo maior pluralismo político e cultural, pelo poder relativo dos pequenos grupos e pelo acesso destes à tematização pública e política da sua diferença<sup>10</sup>.

Em Portugal, onde a questão possui grande actualidade, dada a nossa recente integração na Comunidade Económica Europeia, não existe entre os jovens nenhuma presumível alienação dos valores nacionalistas em favor de identidades alternativas. A nacionalidade portuguesa pode considerar-se referência prioritária no sistema de valores juvenis, facto que é reconfirmado nas imagens positiva e negativa que constroem do País.

Com efeito, na sequência da já sobejamente salientada adesão ao País, a sua imagem positiva de Portugal colhe uma elevada ponderação para um conjunto diversificado de dimensões, e muito particularmente no que respeita à configuração físico-espacial de Portugal (clima, beleza paisagística), notabilidade desportiva, passado histórico ou ainda bom ambiente social.

<sup>8</sup> Ver Jorge Vala, *Representações Sociais dos Jovens: Valores, Identidade e Imagens da Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Cadernos «Juventude», XI, 1986, p. 50. O autor mostra, a partir de dados de um inquérito anterior dirigido aos jovens portugueses, que a questão da guerra e da paz (26 %) é a segunda grande preocupação dos jovens (a primeira situa-se, com o valor de 40 %, em torno dos problemas com o desemprego e o trabalho).

<sup>9</sup> A este propósito veja-se, por exemplo, Albert Bergesen, «Un paradigme nouveau: le système-monde», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 111, 1987; Silvi Brucan, «L'État-Nation est-il appelé à se maintenir ou à disparaître?», *ibid.*, e sobretudo Anthony Richmond, «Le nationalisme ethnique et les paradigmes des sciences sociales», *ibid.* Este último autor revê e discute diversas perspectivas, nomeadamente a de Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983. Veja-se ainda Pierre Fougereyrollas, *La Nation-essor et déclin des sociétés modernes*, Paris, Fayard, 1987.

<sup>10</sup> Anthony Richmond, *op. cit.*

De modo algum, no entanto, isto significa que esteja ausente uma avaliação negativa relativamente a certos aspectos da sociedade portuguesa, muito embora isso não comprometa a sua adesão ao País. São aspectos que justamente se referem às dificuldades mais sentidas pelos jovens, designadamente em matéria de emprego e habitação, como todos aqueles que caracterizam uma deficiente gestão socioeconómica do País — por todos considerado dotado de potencialidades em termos de recursos naturais e humanos —, tornando mais problemático o seu futuro pessoal e colectivo. Assim, no seu entender, para o efectivo desenvolvimento da sociedade portuguesa é fundamental associar às condições preexistentes um melhor funcionamento do sistema partidário (que pensam estar demasiado comprometido nos estritos jogos de luta pelo poder), maior organização, capacidade acrescida de iniciativa e, por último, o abandono de valores e concepções ultrapassadas ainda dominantes (discordando, contudo, da «ignorância» dos Portugueses).

Em síntese, se estas circunstâncias não deixarão de afectar o seu sentimento de inserção na sociedade portuguesa (como veremos adiante), estamos em condições de concluir, no mesmo sentido do estudo de Aleksandra Jasinska-Kania sobre a identidade nacional na Polónia, ou seja, é francamente duvidoso acreditar que a continuidade entre identidade individual e identidade colectiva — o próprio fundamento da identidade nacional — tenha sido afectada pelo processo de individualização ou da dita crise de valores que atravessam as sociedades contemporâneas<sup>11</sup>.

### 3. IDENTIDADE SOCIAL DOS JOVENS: RELAÇÕES E CLIVAGENS GERACIONAIS

A construção da identidade social faz-se necessariamente num contexto relacional onde as propriedades dos grupos e as respectivas auto-imagens resultam de um processo de interacção e de recíprocas comparações e categorizações sociais. Como aponta Pierre Bourdieu, «cada condição é definida, inseparavelmente, pelas suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais que deve à sua posição no sistema de condições, que é também um sistema de diferenças, de posições diferenciais, quer dizer, por tudo o que a distingue do que ela não é e, em particular, de tudo o que a ela se opõe: a identidade define-se e afirma-se na diferença»<sup>12</sup>. Neste sentido, conhecer o grau e a natureza dos sentimentos de coesão que fomentam a identidade juvenil pressupõe conhecer igualmente o sistema de relações e clivagens entre os jovens e os membros das outras gerações. Mas a identidade não pode representar uma contínua homogeneidade de práticas, valores e representações nos diversos domínios da vida social; dada a poliformia de situações e condições juvenis que em si mesmas determinam a produção de expressões identitárias particulares, as dimensões gregárias partilhadas por todos constituem um efeito específico de convergências (suscitadas certa-

<sup>11</sup> Aleksandra Jasinska-Kania, «Identité nationale et images de la société mondiale: le cas de la Pologne», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 91, 1982.

<sup>12</sup> Pierre Bourdieu, *La Distinction — une critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit, 1979, p. 191.

mente pela própria condição juvenil) relativamente a alguns domínios nucleares da prática social dos jovens.

Em primeiro lugar, e na sequência do que já se havia assinalado na questão da identidade nacional, procurou-se saber como encaram os jovens a sua inserção na sociedade portuguesa, o contexto mais amplo da sua identidade social. Ora, se na análise da sua imagem negativa do País havia sido evidenciado o sentimento implícito da sua exclusão de instâncias reguladoras da vida nacional (que haviam acusado de falta de iniciativa e de organização, bem como a predominância de ideias e valores retrógrados), agora é explicitamente denunciada a marginalização a que os jovens pensam estar sujeitos na sociedade portuguesa (26,3 % não hesitam em afirmar que «sim» e de 40,4 % preferem dizer que isso acontece «em parte»). Esta circunstância parece chegar mesmo a desenvolver comportamentos de voluntária exclusão social (para 10,7 %, «sim»; para 33,3 %, «em parte») — auto-exclusão que possui maior relevância sobretudo nas faixas etárias intermédias e segmentos juvenis também mais precarizados —, facto que vem traduzir a opinião dos jovens quanto à manifesta incapacidade da sociedade portuguesa em acolher, valorizar e potenciar uma participação juvenil mais ampla. Razões apontadas para isso radicam tanto na insatisfação dos jovens com as principais instituições dominadas pelos membros das gerações mais velhas, como no difícil entendimento e recíproca incompreensão entre gerações.

Neste sentido, a questão da desinserção social dos jovens e a sua relação de exterioridade com a sociedade portuguesa devem ser encaradas tendo em conta um efeito de dupla natureza: por um lado, aqui se reflecte seguramente o conjunto de respostas sociais insatisfatórias de que os jovens dispõem no quadro nacional, particularmente no mercado de trabalho; mas, por outro, não deixa de ser um sentimento igualmente tributário da afirmação do seu próprio perfil sociocultural, distinto e alternativo ao das outras gerações. Só assim se pode compreender o desejo dos jovens de prioritariamente conviverem e se relacionarem com membros da sua própria geração, outra das razões evocadas para justificar atitudes de auto-exclusão social.

No plano da identidade social torna-se, pois, necessário atender, quer à natureza intrínseca deste perfil, quer ao sistema de clivagens que operam na diferenciação das gerações. Noutros termos, trata-se de directamente confrontar os jovens com a questão da sua identidade.

Considerando a coesão juvenil, pode concluir-se que os jovens não têm uma representação unitária de si mesmos, consciência que progride ao longo do seu processo de maturação etária, intelectual, profissional e conjugal. Os factores de divisão endogeracional — entre os quais são prioritárias as diferentes maneiras de encarar a vida — reflectem claramente indicadores de natureza social, sendo pois evidente que os jovens reconhecem haver entre si uma desigual distribuição dos capitais económico, social e cultural. Quanto às diferentes maneiras de encarar a vida, visando o plano dos valores, interesses, expectativas e projectos, estilos e estratégias, constituem em si mesmas a explicitação do sistema de disposições incorporadas, substancialmente determinado pelo próprio sistema das posições objectivas dos agentes no espaço social. No dizer de Pierre Bourdieu, trata-se das expressões práticas da diferente prática social dos indivíduos: «[...] é na *maneira* e só nela que se encontra a verdade social das disposições, quer dizer, o verdadeiro princí-

pio da compreensão e da previsão das práticas.»<sup>13</sup> Como o autor, poderia enunciar-se que, para os jovens, «os limites objectivos tornam-se o sentido dos limites» impostos pela sua própria diferenciação social e cuja consciencialização (a consciência do *sense of one's place*) vai decorrendo, como se viu, ao longo do seu processo de aprendizagem, experiência e maturação em sociedade.

Quais os pólos de convergência, aqueles que testemunham e conferem espessura a uma efectiva identidade juvenil? Encontram-se justamente na esfera dos gostos, consumos e concepções culturais, um dos domínios que, conseqüentemente, foram dos mais hiperbolizados como diferenciadores das gerações. Reutilizando um conceito de José Madureira Pinto<sup>14</sup>, inspirado nos trabalhos de Pierre Bourdieu, poderia admitir-se que, pela generalizada isoformia dos gostos e práticas culturais dos jovens, um *inter-habitus* opera no sentido da socialização e integração das práticas e representações juvenis. Citando Bourdieu, «o gosto está no princípio do ajustamento mútuo de todos os traços associados a uma pessoa [...] Assim, o gosto é o operador prático da transmutação das coisas em signos distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele permite fazer aceder as diferenças inscritas na ordem física dos corpos à ordem simbólica das distinções significantes. Ele transforma as práticas objectivamente classificadas naquelas em que uma condição se significa ela própria [...] O gosto está assim no princípio do sistema de traços distintivos que está destinado a ser apercebido como uma expressão sistemática de uma classe particular de condições de existência, quer dizer, como um estilo de vida distintivo»<sup>15</sup>. Situamo-nos então no âmbito da cultura juvenil, que, numa óptica económica, sugere a Luísa Schmidt, recuperando teses de outros autores, a seguinte observação: «A deslocação do campo de presença social dos jovens para o mercado aponta para a hipótese de uma passagem progressiva da socialização pela produção (através do trabalho) para uma socialização pelo consumo (através do mercado de bens culturais juvenis), com todas as implicações que isso tenha, inclusivamente ao nível dos valores e estruturas de sociabilidade.»<sup>16</sup>

Dito isto, fica claro que, para os jovens, uma geração não se define apenas por critérios demográficos, mas sobretudo pela existência de um perfil sociocultural: 59,3 % concordam que há diferenças importantes para além da idade. A percepção deste perfil e a consciência de que à idade estão associadas determinadas condições, estatutos e valores sociais, ainda que sempre maioritária em todos os grupos juvenis, aumentam com o seu próprio crescimento etário e grau de instrução<sup>17</sup>.

Porém, e apesar desta declaração de princípio, é notável a sua proximidade com os mais velhos, quando considerado o sistema de diferenças entre gerações. Apenas em domínios da cultura juvenil — gostos vestimen-

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 70.

<sup>14</sup> José Madureira Pinto, «Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em meio rural», in *Análise Social*, n.º 66, vol. xvii, 1981, pp. 204-209.

<sup>15</sup> Pierre Bourdieu, *op. cit.*, pp. 194-195.

<sup>16</sup> Luísa Schmidt, *Dinheiro e Bens Materiais*, vol. vii, Lisboa, Publ. do Instituto da Juventude, 1989, p. 6.

<sup>17</sup> Recorrendo aos termos de Adérito Sedas Nunes, diríamos que também para os jovens são distintas as noções de geração *demográfica* da geração *social*, ou seja, que uma classe de idade se define por critérios de ordem demográfica, mas que o conceito de geração terá de

tares e musicais —, importância atribuída ao lazer, ao corpo e à sexualidade, são tidos por distintos os modelos juvenis. Em síntese, os jovens recusam uma imagem «juvenil» veiculada em concepções adultas que os caracterizam pela indisciplina e irresponsabilidade, desinteresse profissional e escolar, menor importância atribuída ao dinheiro e bens materiais, às questões políticas e, finalmente, uma radical desafiliação religiosa. Pode admitir-se que, nesta auto-imagem, os jovens projectam atributos por eles desejados na condição adulta. De resto, nas operações de categorização social está presente não só a identidade *real* do grupo que compara e classifica, mas igualmente componentes da sua identidade *virtual*, integrando propriedades valorizadas nos outros grupos<sup>18</sup>. Todavia, o mais relevante é ter-se detectado a manifesta *disponibilidade* dos jovens para aceitarem a sua proximidade com as outras gerações em domínios básicos da existência social. Há pois traços do estatuto de adulto que positiva e antecipadamente são incorporados no perfil juvenil.

Em suma, e nos termos de Jorge Vala, não viemos a encontrar um jovem *antiadulto* — que, à luz do paradigma do conflito de gerações, surge «numa juventude caracterizada por uma etapa de desenvolvimento marcada pela exterioridade e distanciamento em relação ao mundo adulto, propondo uma cultura específica quase sempre nova e oposta à cultura dominante, juventude portadora de novos valores e que alimentaria a mudança social»<sup>19</sup>. Todavia, os jovens também não podem ser encarados apenas como um «sinal de continuidade e estabilidade». Aliás, só com muitas reservas se teria recurso à noção de *pré-adulto*, que, no paradigma da socialização, é visto como um actor social não definitivamente rebelde, mas em estágio de socialização precoce: «[...] a maioria dos jovens não estaria pois contra os valores dos seus pais; pelo contrário, entre uns e outros haveria uma continuidade de posições nos mais variados aspectos.»<sup>20</sup>

Inspirada nas linhas de interpretação de Jean-Claude Chamboredon, a figura do *jovem-adulto* parece-nos ser analiticamente mais interessante, não só para mostrar como a identificação dos jovens com o universo

---

conter e considerar uma pluralidade de dimensões sociais e culturais. Veja-se Adérito Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento* (cap. «As gerações nas sociedades modernas»), Lisboa, Moraes Editores, 1986.

<sup>18</sup> Podendo portanto assistir-se, como adverte Henri Tajfel, a efeitos de *sobreinclusão e sobreexclusão*. A auto-imagem de um grupo é assim também projectiva. Veja-se Henri Tajfel, «La catégorisation sociale», in Serge Moscovici (dir.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, vol. 2, Paris, Larousse Université, 1973. E ainda Willem Doise, «Relations et représentations intergroupes», *ibid.*; Marisa Zavalloni, «L'identité psychosociale: un concept à la recherche d'une science», *ibid.* Sobre o conceito de *identidade virtual* consulte-se Erving Goffman, *Estigma — Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

<sup>19</sup> Jorge Vala, *op. cit.*, p. 144.

<sup>20</sup> *Id.*, *ibid.*, mesma página. As nossas conclusões, pelo menos no referente à situação portuguesa, afastam-se assim de algumas veiculadas por autores franceses. Comparando resultados de dois inquéritos efectuados com cerca de uma década de intervalo, Camilleri e Tapia dizem ter havido uma progressiva deterioração do estatuto de adulto entre os jovens, designadamente no que respeita à aquisição de auto-responsabilização, equilíbrio e maturação pessoal. Pelo contrário, apenas uma situação de independência financeira e moral seria aquela a que os jovens aspirariam na condição adulta. Veja-se Carmel Camilleri e Claude Tapia, *Les «nouveaux jeunes»*, Toulouse, Privat, 1983.

adulto não assenta em razões meramente intersubjectivas, mas sobretudo para explicar porque, ainda estatutariamente jovens, eles também já são adultos num plano material e objectivo. Tem-se caracterizado o período da pós-adolescência nas sociedades contemporâneas pela presença prolongada dos pais na vida dos jovens, o alongamento do período escolar e o retardamento da entrada na vida activa. Mas Chamboredon sublinha ainda como assim se produziu uma *desconexão* das diferentes maturidades que, em períodos anteriores, se adquiriam numa única etapa: maturidade profissional, maturidade matrimonial e maturidade intelectual<sup>21</sup>. A pós-adolescência caracteriza-se agora como um estágio de *moratória*; a juventude, segmento de transição, constitui-se como um lugar social sujeito a complexas sobreposições e dotado de nova hibridiz e indefinição estatutária. Adultos para certos aspectos, permanecem jovens relativamente a outros e o próprio estatuto de *jovem-adulto*, diz o autor, é fracamente cristalizado e com suficiente plasticidade para fazer oscilar as fronteiras tradicionais entre gerações.

Jovens-adultos porquê? Não podemos esquecer também que o próprio prolongamento do período escolar produziu uma superior formação académica e cultural relativamente à dos pais; uma experiência social mais precoce da conjuntura de crise económica, nomeadamente por via do desemprego; a possibilidade de mais cedo contactarem com instâncias de informação, socialização e sensibilização cultural, científica, técnica e sociopolítica, possibilidade essa aberta pelos sistemas de comunicação das sociedades contemporâneas. Tudo isto, em suma, não terá gerado, inevitavelmente, uma acelerada maturação dos jovens em horizontes etários mais curtos? De resto, o realismo, individualismo e cepticismo prudente que, segundo Camilleri e Tapia, integram os actuais valores juvenis não constituirão em si um sinal dessa maturidade (antes considerados atributos da meia-idade, fase da vida dos indivíduos em que somatizam experiências pessoais e sociais decisivas), maturidade que leva a mitigar formas anteriores de utopismo e de «fé», ideários agora objectivamente bloqueados pela situação de maiores dificuldades sociais e económicas?

Tendo em conta estes aspectos, falar de identidade e de cultura juvenil já não pode significar uma coesa, contínua e unidimensional cosmovisão geracional — que eventualmente caracterizara estádios anteriores da juventude —, nem pode pretender definir os jovens pela vacuidade ou privação de um estatuto adulto. Terá de se entender que o perfil sociocultural desta geração compreende uma complexa *simbiose estatutária*, desenvolvendo, por isso, manifestações identitárias juvenis, por um lado, e, por outro, componentes da identidade adulta. Os dados do inquérito à juventude portuguesa vêm ainda sugerir que a figura do *jovem-adulto* não deve ser rigidamente utilizada e comumente aplicada a todas as situações juvenis; com efeito, é na sua ductilidade que residem as suas propriedades heurísticas. Assim, serão tanto mais *jovens* os segmentos de idades inferiores e

<sup>21</sup> Jean-Claude Chamboredon, «Adolescence et post-adolescence: la 'juvénalisation' — remarques sur les transformations récentes des limites et de la définition sociale de la jeunesse», in Anne-Marie Alléon, Odile Marven e Serge Lebovici (dirs.), *Adolescence terminée, adolescence interminable*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

prioritariamente com condição estudantil; tanto mais *adultos* os de idades superiores e/ou com condições profissional e/ou conjugal; finalmente, as conjunturas etárias mais críticas e onde a duplicação da figura jovem-adulto ganha particular visibilidade situam-se na fase pós-secundário (aproximadamente 18-20 anos), momento de charneira para o pleno acesso à condição adulta e onde são vivamente sentidas as dificuldades em matéria de emprego e de acesso à carreira universitária.

A diluição de fronteiras intergeracionais tem implicações na problemática do conflito de gerações. Estamos hoje perante um sensível amortecimento das clivagens que levavam a confrontar os jovens com a geração dos seus progenitores? Havendo uma tão evidente continuidade entre uns e outros, dir-se-ia que desapareceu o capital de renovação, mudança e heresia social que fizeram a história da juventude e alimentaram tantas utopias? Nos termos de Pierre Bourdieu, a afirmação de «fronteiras, mesmo as mais formais, como as que se referem às classes de idade, fixam um *estado de lutas sociais*, quer dizer, um estado de distribuição das vantagens e das obrigações [...] As diferenças de geração (e as potencialidades de conflitos de gerações) são tanto maiores quanto mais importantes tenham sido as mutações operadas nas definições dos lugares sociais ou nas maneiras de aí aceder, quer dizer, os *modos de geração* dos indivíduos encarregues de os ocupar»<sup>22</sup>.

Ora, se, como apontam os nossos dados, os jovens recusam um estatuto de menoridade social, sobretudo justamente no que diz respeito à sua capacidade de comprometimento profissional e escolar, bem como de responsabilização pessoal (procurando, antes de mais, a multiplicação de esferas de auto-realização, facto bem evidenciado na compatibilidade entre valorização dos tempos livres e importância atribuída à esfera do trabalho, avaliado principalmente pelas suas qualidades intrínsecas, em detrimento de uma estrita atitude instrumental), não estarão a denunciar um discurso corrente que vai justificando a sua condição prolongada de privação de oportunidades e de lugares duradouramente na posse das gerações mais velhas? Neste caso, e num sentido inverso ao da tese de Bourdieu, a deliberada *diluição* de fronteiras geracionais não será outra maneira de exprimir uma *luta de sucessão*, ou seja, de subverter uma imagem socialmente vulgarizada da juventude, e de contrariar uma concepção «juvenilizada» dos jovens que, objectiva e materialmente, lhes vai retardando o pleno acesso à condição de adultos?

A corroborar esta hipótese vimos, no plano da identidade nacional, a implícita acusação da sua exclusão das principais instituições reguladoras do País. Já no plano da sua identidade social, vimos igualmente como era explícito e maioritário o seu sentimento de exterioridade à sociedade portuguesa, para a qual concorre, entre outros, o facto de as instituições serem dominadas pelas gerações mais velhas e produzirem graus elevados de insatisfação entre os jovens.

Aliás, questões como a da marginalidade e automarginalização juvenil devem ser consideradas à luz quer dos modos e lutas de sucessão das gerações, quer da problemática da identidade dos jovens, tal como a tratamos.

Neste sentido, concordamos com Yves Barel, que, a propósito da noção geral de marginal e da de marginal jovem em particular, sugere o abandono da concepção habitual na qual aquele é considerado pela ausência relativa de identidade social (sendo a consciência de si e do grupo um efeito consequente da condição de *outsider*). Prolongando as reflexões do autor para o nosso campo de análise, dada a condição social híbrida dos jovens, então a marginalidade e a automarginalização correlacionam-se directamente com a diversidade, sobreposição e desconexão de competências, papéis e estatutos que caracterizam estes segmentos sociais<sup>23</sup>.

Diz Barel: «Eu gostaria de reservar o termo 'marginal' para os casos onde a sobreposição de universos é particularmente pesada, dolorosa, e pode fracturar a identidade de indivíduos e grupos ou provocar mutações drásticas nestas identidades [...] O que é que isto quer dizer? Que a marginalidade é o aspecto visível de uma sobreposição social, que para se tornar visível pela normalidade, não deixa de existir no seio desta normalidade. Dito de outro modo, o mais interessante não é provavelmente saber quem é ou não marginal, mas identificar esses lugares de sobreposição social.»<sup>24</sup> Ora o estado de juventude corresponde justamente a um desses lugares, não só por se tratar de um processo de transição social, mas devido igualmente às características actuais da pós-adolescência. Assim, o sentimento generalizado de marginalização que os jovens portugueses manifestam — e que tanto nos surpreendeu —, exceptuando os processos reais de exclusão social a que estão sujeitos, pode traduzir implicitamente um estágio de consciência sobre a sua própria condição. Vimos também, finalmente, que este sentimento não é consequência da posse de um exclusivo estatuto de jovem (que representa uma situação de privação social), mas principalmente da sobreposição (e da fractura) de atributos de jovem e de adulto.

Por último, resta observar um aspecto nuclear da identidade social dos jovens: a natureza das relações que estabelecem com os seus diversos meios sociais e a diferente valoração que lhe atribuem, elemento necessário para se conhecer tanto o modo como por eles são vividas as suas pertenças sociais objectivas, como as principais referências afectivas que compõem o respectivo sistema de relevâncias<sup>25</sup>.

Seguindo de perto as observações de Robert Merton, não existe uma necessária sobreposição entre grupos de referência e grupos de pertença

<sup>23</sup> Yves Barel, *La marginalité sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982, p. 46. O autor sublinha que a questão — e a actualidade — da marginalidade juvenil assumiu importância justamente porque o que está em causa desde a década de 70 são os bloqueamentos e as possibilidades de reprodução das sociedades contemporâneas relativamente a um passado recente. Assim, as reflexões suscitadas pelo «problema» dos jovens são reflexões que visam o próprio futuro de uma sociedade à qual se deparam rupturas importantes: o aparecimento de uma crescente rejeição juvenil do trabalho regular e institucionalizado, fenómeno que deriva tanto de processo transitório ligado à idade como do retardamento do período de entrada no sistema produtivo; o aumento muito acentuado e aparentemente irreversível do desemprego; o peso demográfico, económico e cultural cada vez maior da terceira idade; finalmente, a fabricação de inadaptados pelo sistema escolar, que toma proporções inéditas.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, pp. 72 e 78.

<sup>25</sup> Sobre o conceito de *sistema de relevâncias* veja-se Gilberto Velho, *Individualismo e Cultura — Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

— positiva e negativa —, com os quais se identificam os agentes sociais e que funcionam como quadro estruturador da identidade social virtual<sup>26</sup>. É pois em função dos respectivos pontos de intersecção e divergência que se detectam os tipos de experiência social dos indivíduos, a natureza e grau do seu enraizamento grupal, a construção de expectativas e as disposições para a mobilidade. Nesta perspectiva analítica, a identidade aparece tomada enquanto processo, um processo forjado no seio dos contextos sociestruturais e interacções quotidianas nas quais os jovens elaboram as suas categorias de inclusão/exclusão. Trata-se de categorias que definem e integram o grupo de pares no *espaço de «nós»*, distinguindo-o e confrontando-o com o *espaço dos «outros»*. Revemos aqui uma ideia central ao presente trabalho e já mencionada na introdução: *identidade e alteridade* são inseparáveis, devendo ser sempre consideradas num contexto relacional. Procurando-se captar o sistema de referências juvenis, visa-se igualmente compreender a natureza da relação — *instrumental* ou *expressiva* — que os jovens desenvolvem com os seus meios sociais<sup>27</sup>.

Os resultados do inquérito revelam que os jovens consideram mais importantes para si as relações com o grupo de amigos (83,1 %), sucedendo-lhes o meio familiar (51,9 % para a família de proveniência e 29,0 % para a que constituíram ou virão a constituir), os colegas do emprego (27,8 %), da escola (27,5 %) e, abaixo, os círculos de relações de locais (26,9 % com os vizinhos; 17,4 % com os conterrâneos). Todos os outros contextos — sindical, político, religioso, desportivo —, bem como referências directas à geração e à classe dos jovens, possuem valores inferiores a 8 %. São resultados que patenteiam a coincidência entre as instâncias nucleares de socialização e de interacção quotidiana dos jovens e as suas projecções afiliativas. É certo que pertencas de geração e de classe social (actual e futura), muito embora irrelevantes, não deixam de estar representadas no círculo dos amigos e da família, contextos do processo de reprodução social e de convivialidade endogeneracional. Mais interessante é verificarmos que os jovens não procedem a uma objectivação sociológica deste tipo; os mecanismos de herança e reconhecimento social operam implicitamente por via do sistema de disposições incorporadas<sup>28</sup>.

A preponderância investida na convivialidade com os amigos (salientada igualmente noutras áreas do inquérito) leva-nos a concordar com a afirmação de Francis Godard de que a constituição de grupos de pares é um traço constante e distintivo do mundo juvenil<sup>29</sup>. No mesmo sentido

<sup>26</sup> Robert Merton, *Éléments de théorie et méthode sociologique*, Paris, Plon, 1953 (cap. «Contributions à la théorie du groupe de référence»).

<sup>27</sup> Esta dicotomia é proposta nomeadamente em S. N. Eisenstadt, *From generation to generation*, Nova Iorque, The Free Press, 1971, p. 39.

<sup>28</sup> Referimo-nos ao conceito de *habitus*, definido por Pierre Bourdieu como «um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio gerador das práticas e das representações que podem ser objectivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem serem o produto de uma obediência a regras objectivamente adaptadas ao seu fim, sem supor uma visão consciente dos fins e o controlo expresso das operações necessárias para os atingir». Pierre Bourdieu, *Esquisse d’une théorie de la pratique — précédé de trois études d’ethnologie kabyle*, Genebra, Librairie Droz, p. 175.

<sup>29</sup> Francis Godard, «Cultures et modes de vie», in François Proust (coord.), *Les Jeunes et les Autres*, Vaucresson, Centre de Recherche Interdisciplinaire de Vaucresson, s. d.,

apontam os trabalhos de Jean Stoetzel, que mostrou, num estudo sobre os valores sociais em dez países europeus, como a misantropia social tende a acentuar-se na população mais velha, portadora também de uma visão mais pessimista e menos confiante na relação com os outros<sup>30</sup>. Logo, o grupo de amigos surge como epicentro na organização da vida social juvenil, espaço de uma efectiva socialização endogeracional, de partilha de valores e de experiências comuns. O seu recrutamento pressupõe, seguramente, afinidades electivas e referências similares de ordem cultural e ideológica que, talvez por isso, tenham levado a minimizar os restantes grupos de pertença (religioso, político, desportivo, etc).

Quanto ao lugar ocupado pela família, ao contrário de teses ou convicções de que, na esteira de um progressivo distanciamento dos jovens em relação às instituições, haveria hoje um pronunciado declínio dos valores familiares entre as gerações mais novas, os resultados vêm atribuir uma indubitável centralidade à família nas suas referências afectivas. São, de resto, conclusões próximas das de outras pesquisas. Jean Stoetzel, num trabalho já citado, refere que para o contexto europeu seria «excessivo dizer que os mais novos teriam abandonado a conformidade social em relação ao sistema de obrigações recíprocas entre pais e filhos»<sup>31</sup>.

Num outro estudo sobre a juventude portuguesa viu-se que a problemática familiar pertence ao conjunto das áreas tributárias para os jovens e constitui um referencial colectivo importante<sup>32</sup>. Por último, a análise das razões, combinada e equilibradamente instrumentais e expressivas, que levam os jovens a aderir à instituição familiar, conduz José Machado Pais a concluir que existem fortes dúvidas quanto ao esboroamento contemporâneo da família<sup>33</sup>.

Estamos então em condições de refutar o radicalismo de posições para as quais «a unidade da família e a sua função de socialização se encontram gravemente comprometidas, tendo reduzido as suas capacidades formativas numa sociedade mercantil «utilitarista», não existindo também um modelo típico de «jovem de 18-20 anos que se sente distanciado da sua família e fechado à sociedade»<sup>34</sup>. É certo que boa parte das funções tradicionais de socialização primária exercida pela família vieram a ser transferidas, nas sociedades contemporâneas, para instituições paralelas, como a escola. É certo também que o prolongamento da pós-adolescência — dada a dilatação do período escolar e o aumento da precarização das formas de inserção profissional dos jovens —, gerou uma duradoura dependência material destes em relação à família, o que, em princípio, criaria maiores

p. 60. Veja-se igualmente José Machado Pais, João Sedas Nunes e Luísa Schmidt, *Os Jovens: Convivialidade e Relação com os Outros*, Lisboa, Instituto da Juventude, 1989, não só para confirmar a frequência destas práticas de convivialidade, mas também para as caracterizar.

<sup>30</sup> Jean Stoetzel, *Les valeurs du temps présent*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983, p. 189.

<sup>31</sup> Jean Stoetzel, *op. cit.*, pp. 123 e 233.

<sup>32</sup> Jorge Vala, *op. cit.*, p. 51.

<sup>33</sup> José Machado Pais, «Família, sexualidade e religião», in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 86, 1985, pp. 350-352.

<sup>34</sup> Franco Ferrarotti, «L'Occident, les jeunes, l'irrationnel», in Vários, *En Marge — L'Occident et ses Autres*, Paris, Aubier, 1978, pp. 121-122.

constrangimentos ao desenvolvimento das relações afectivas intrafamiliares. Mas, perante uma tão clara evidência empírica que aponta no sentido contrário (no nosso estudo e noutros), deverão procurar-se hipóteses explicativas alternativas. Para Francis Godard, por exemplo, que propõe uma das hipóteses mais interessantes, as razões de natureza prática impostas pelos condicionamentos económicos, ao prolongarem a dependência familiar dos jovens, podem chegar a suscitar efeitos contraditórios. Ou seja, «a família seria agora mais solicitada, o que poderia reforçar os laços afectivos, mais do que os romper»<sup>35</sup>, e virem assim a desenvolver-se novas *solidariedades intergeracionais*. Numa situação em que maiores dificuldades ensombream o futuro dos jovens, seja no plano do emprego, seja no plano da desvalorização dos títulos escolares, situação agravada desde os anos 70, a família viria agora a participar mais numa espécie de «processo de negociação social difusa», protegendo e defendendo o valor dos seus herdeiros. Em síntese, permanecendo como referência prioritária para os jovens, a família adquire hoje também um «valor de refúgio», como diz Stoetzel<sup>36</sup>.

Ainda, quer nas análises de Francis Godard, quer nas de Jean-Claude Chamboredon, se acrescenta um aspecto sobre o qual se tem reflectido pouco. O próprio processo estrutural de alargamento da presença e influência dos pais ao longo da trajectória dos filhos contribuiu também para aumentar sensivelmente o período de *coexistência de gerações* e, porventura, possibilitar a abertura de novas vias de comunicação e interacção no seio da família.

Quando ventilados pelas diversas variáveis de caracterização, os resultados revelam ainda que as referências afectivas dos jovens acompanham e são condicionadas pelas fases da sua trajectória, ocorrendo uma relativa transferência de prioridades em função das transições internas ao processo juvenil. Distinguem-se então dois perfis que, em traços genéricos, correspondem respectivamente à *condição estudantil* e à *condição profissional*: um, constituído por segmentos mais jovens, predominantemente estudantes e ainda numa situação de dependência familiar, em que se tende a privilegiar as relações com a família de origem e o meio escolar, perfil no qual se regista também maior propensão e disponibilidade para o convívio com o grupo de amigos; outro, de grupos etários superiores, maior formação escolar ou já em fase pós-escolar, com inserção profissional e mais próximos ou já tendo contraído o matrimónio/coabitação, perfil em que se valorizam prioritariamente as relações com a família de orientação e o círculo dos colegas de emprego.

Em suma, portanto, também neste plano não encontramos nenhuma ruptura notável dos jovens com os seus meios sociais imediatos. A família (de origem e de orientação) continua a preservar um papel central na vida e nos valores afectivos dos jovens, não colidindo esta importância com a que é conferida à convivialidade com os amigos. A identidade social juvenil aparece assim construída e estruturada no quadro de uma coexistência e complementaridade de diferentes tipos de relações.

<sup>35</sup> Francis Godard, *op. cit.*, p. 43.

<sup>36</sup> Jean Stoetzel, *op. cit.*, p. 233.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao contribuir para um melhor conhecimento empírico da juventude portuguesa, os dados do presente inquérito suscitam e sugerem igualmente novas vias para a reflexão sociológica sobre a problemática juvenil. O mais relevante, parece-nos, é ter-se reconhecido o carácter complexo e composto da sua identidade, dir-se-ia mesmo uma *identidade fragmentária*, na medida em que integra, em simultâneo, aspectos claramente distintivos do perfil sociocultural dos jovens e outros que não diferenciam as gerações.

Neste sentido, torna-se importante salientar particularmente os eixos polarizadores dos maiores consensos no domínio dos interesses e investimentos juvenis e que, afinal, estabelecem uma continuidade entre a sua identidade social e nacional: referimo-nos às manifestações culturais, artísticas, desportivas e técnico-científicas, bem como à convivialidade. Quando analisada a imagem que os jovens constroem *de si para si*, é notável a consciência da heterogeneidade social que os divide, mais do que os uniformiza. Está, pois, longe deles uma representação unitária da juventude portuguesa. Por outro lado, na imagem que os jovens dão *de si para os outros* (entenda-se, os mais velhos) verifica-se uma grande continuidade entre geração jovem e geração adulta, tratando-se de uma continuidade com expressão em valores e esferas básicas da sua experiência social.

Dados desta natureza impõem, inevitavelmente, a revisão das formulações disponíveis sobre a identidade juvenil, que, noutros termos, é a questão de saber até que ponto a juventude tem existência enquanto geração social. Noutros trabalhos está subjacente a óptica segundo a qual há hoje tendências que apontam no sentido do declínio das formas de solidariedade geracional e do surgimento de modelos de identificação social difusa. A juventude teria assim uma representação incerta de si mesma, não só porque deixara de se propor como força social alternativa, mas também porque, ao abandonar os ideais para uma nova ordem social e política que funcionavam como cimento ideológico colectivo, essa mesma juventude passara agora a confrontar-se com a experiência da sua endógena heterogeneidade. Um dos efeitos suscitados por esta realidade seria, finalmente, o amortecimento da confrontação e do sentimento de diferença perante as gerações mais velhas.

Num seminário conclusivo do inquérito à juventude portuguesa realizado pelo IED, Luís de França afirma: «Os resultados de algumas análises feitas sobre questões postas pelo inquérito [...] leva[m]-me a concluir que os jovens não têm uma visão própria. Por um lado, devido a uma longa escolarização, eles sofrem uma inculturação por parte dos adultos e, por outro, são os próprios adultos que, tentando aproximar-se do ideal jovem, concorrem para uma maior harmonização dos valores da sociedade num dado momento [...] Ora, todas as vezes que se comparam as respostas dos jovens europeus com as respostas dos europeus maiores de 25 anos, verifica-se que, em todas as áreas — família, bem-estar, aspirações, grandes causas —, os jovens, com ligeiras diferenças, apontam para a mesma orientação na escolha dos valores.»<sup>37</sup>

<sup>37</sup> Luís de França, «Relato final do seminário», in Jorge Vala, *op. cit.*, p. 202.

É certo que os resultados do nosso inquérito apontam para uma significativa proximidade que, segundo os jovens, existe entre si e as gerações mais velhas em diversos domínios de valores e práticas sociais. Mas seria excessivo, no nosso entender, concluir no sentido de uma ausência de identidade juvenil. Esta identidade, como fomos insistindo, só adquire visibilidade quando se recusa uma concepção demasiado hoólica da juventude na qual se presume uma inevitável convergência dos jovens em todos os planos-representações, valores e práticas sociais. O reconhecimento da identidade juvenil deve então processar-se por meio das específicas *expressões identitárias* que manifestem amplos consensos entre os jovens, suficientemente nucleares transversais e consistentes para suscitarem a sua harmonização relativamente a *alguns* planos da sua vida social. A nossa análise encontrou-as predominantemente na esfera dos consumos e práticas culturais e em determinadas formas societárias, como a convivialidade no grupo de pares.

Hoje, longe de procurar configurações globais emergentes e características de conjunturas sociais em que a juventude se mobilizou como força colectiva alternativa (o exemplo recorrente é o de Maio de 1968), terá sobretudo de se compreender que, dado o actual regime objectivo do processo de juventude, é possível encontrar a integração, compatível nos jovens, de componentes constituintes de um perfil juvenil e de atributos da condição e do perfil de adulto. Em síntese, recusando uma imagem homogênea, heróica ou triunfalista da juventude, mas rejeitando igualmente uma visão puramente dispersiva ou casuística da identidade, julgamos ser necessário dispor de e explorar novos instrumentos e perspectivas analíticas para lidar com uma identidade juvenil que adquire uma figuração híbrida e fragmentária. Desta circunstância deriva também uma nova problematidade para a noção de *cultura e subcultura juvenil*.

Como aponta Gilberto Velho, «o problema teórico é saber se conseguimos localizar sistemas de significado com certa autonomia, suficiente para o estabelecimento de fronteiras. A utilização desenfreada de subcultura constantemente leva à reificação de traços, elementos que podem ser particulares a certo grupo social, mas que não expressam um sistema cultural propriamente dito. Muitas vezes confunde-se, seguindo esse caminho, cultura ou subcultura com estilo de vida. Ou seja, a maneira de ser e de se comportar, a prática quotidiana de um determinado segmento social, é a sua forma de expressar a sua participação num sistema de relações simbólicas e significativas mais abrangentes, que denominamos de cultura e em que participam outros segmentos que podem ser distinguidos de *n* maneiras em termos da sua inserção na sociedade. Mas, insisto, se pudermos situar essas unidades sociológicas dentro de um campo de comunicação comum, em que existe um conjunto de crenças e valores de algum modo compartilhado, estaremos falando de *cultura*»<sup>38</sup>.

Ora, ao reconhecermos que a *estilização cultural* constitui o traço distintivo mais evidente dos modos de vida juvenis, mas, ao proclamarmos, por outro lado, uma também significativa proximidade de valores e atitudes entre jovens e membros das gerações mais velhas, não podemos deixar

de pôr reservas à noção de *subcultura juvenil* entendida no sentido do autocentramento e da descontinuidade relativamente ao sistema cultural envolvente. Assim, e reutilizando as reflexões de Gilberto Velho, não se deverá assumir a subcultura no sentido de um subsistema fechado em si mesmo, mas defini-la principalmente pelo modo como determinados segmentos sociais — neste caso os jovens — participam em estruturas simbólicas globais, isto é, pelas *modalidades de interação e de intercomunicação* com o sistema cultural dominante, neste caso representado pelas gerações mais velhas. Só nesta perspectiva relacional se tornam inteligíveis as razões por que os jovens aderem a certos aspectos e recusam outros; se identificam os contornos e a natureza da sua identidade.

Esta reformulação do conceito de subcultura — cujo epicentro passa a ser o tipo de relações instituídas com o sistema cultural mais vasto — é, de resto, indissociável da própria composição híbrida que hoje caracteriza a condição e o estatuto de jovem. Nem privados de identidade, nem portadores de um subsistema cultural restrito, a sua identidade social forja-se no quadro de complexas sobreposições, continuidades e descontinuidades com valores, atitudes e comportamentos definitórios da cultura e dos modos de vida da sociedade portuguesa em geral.